

**BASE NACIONAL: O USO DA DIVERSIDADE DE GÊNEROS TEXTUAIS NA  
FORMAÇÃO DE LEITORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO  
FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS**

Autora: Thays Fernandes Flor da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Cátia Rodrigues

Modalidade: COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA



## RESUMO

Juridicamente, todos os caminhos levaram à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que após intensos debates, teve sua versão final homologada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2017. Com a finalidade de estabelecer objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, o documento reforça, em Língua Portuguesa, o uso da diversidade de gêneros textuais desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental – anos finais, para o aprendizado efetivo da competência em leitura. Entretanto, formar leitores requer um investimento significativo na construção de uma comunidade que compartilhe seus textos, troca impressões acerca de obras lidas e constrói um percurso leitor próprio, inicialmente mediado pelo professor e, posteriormente, com autonomia. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho tem o objetivo de mostrar a importância do uso da diversidade de gêneros textuais na formação de leitores da Educação Infantil até o Ensino Fundamental – anos finais, suas articulações de percurso em sala de aula e de que forma a BNCC articula essa proposta ao longo dessas etapas da educação. Para isso, a metodologia utilizada neste estudo consiste numa pesquisa qualitativa documental, que visa interpretar e compreender esses fenômenos sem requerer de estatísticas, mas por meio de fontes documentais, tendo como referência base a BNCC e uma estrutura sólida e coerente. Sob essa perspectiva, o estudo visa mostrar que o documento ao articular diversos gêneros textuais, contribuirá já no início da Educação Básica, por meio da manipulação e do contato com diversos textos, o desenvolvimento do gosto pela leitura e a inserção ao mundo letrado, oportunizará que o indivíduo se constitua como sujeito por meio de práticas sociais mediadas por linguagens diversificadas e tornará o percurso seguro para o aluno pela concretização da formação do cidadão, ademais será um aliado importante para o professor em sua prática cotidiana.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Diversidade de gêneros textuais; Leitura.

## 1 INTRODUÇÃO

Na ordem social atual, ser leitor e produtor textual competente ultrapassa as propriedades do analfabetismo funcional em apenas codificar ou decodificar uma mensagem, mas requer a capacidade de produzir e atribuir sentido. Para atender a essa demanda, os Parâmetros Curriculares Nacionais, na área de Língua Portuguesa, em 1997, apresentam à escola a concepção sociointeracional de linguagem, uma proposta de ensino de leitura e escrita baseada não mais na tipologia textual, mas na noção da diversidade de gêneros textuais.

Esta mesma proposta é reforçada no documento da Base Nacional Comum Curricular aprovada recentemente. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, a BNCC propõe que o aluno deve conhecer diferentes gêneros e portadores textuais. No eixo da leitura deve ser capaz de identificar gêneros textuais, e no eixo da escrita compreender as práticas de produção.

Partindo desses pressupostos, Dolz e Schneuwly (2004) defendem que para formar verdadeiros leitores e escritores é necessário trabalhar a diversidade de gêneros, permitindo assim, articular capacidades sócio discursivas e linguísticas, além da apropriação de diversas práticas de letramento e aprendizado.

De acordo com Brito (2010), por meio da leitura é possível formar cidadãos críticos, uma condição indispensável para o exercício da cidadania, na medida em que torna o indivíduo capaz de compreender as diversas manifestações no debate social, de atuar de forma autônoma na política, na economia e na cultura e de tomar consciência de todos os seus direitos. Além disso, a leitura nos proporciona um diálogo entre tudo o que sabemos e aquilo que um texto nos traz de novo, nos permitindo atribuir significado ao que lemos e de se apropriar de recursos argumentativos para sustentarmos nossos pontos de vista. Neste sentido, ler é reformular esses significados tantas vezes quantas forem necessárias a partir do encontro entre novas idéias e opiniões.

Todavia, segundo Schopenhauer (2016) ler apenas não é suficiente, pois seria o mesmo que se ocupar dos pensamentos de outras pessoas, mas é em si, pensar no que foi lido, é evocar potenciais como a capacidade de persuasão, a riqueza de imagens, o dom da comparação, a ousadia ou a amargura, a concisão ou a graça, a leveza da expressão ou a argúcia, os contrastes e a ingenuidade, e saber julgar os efeitos de suas aplicações em exemplos e, assim, aprender a maneira correta de usá-los. Essa é a única maneira de a leitura ensinar a escrever, na medida em que nos mostra o uso que podemos fazer de nossos próprios dons naturais. Sem eles, conforme o autor, não aprendemos coisa alguma pela leitura, a não ser uma forma fria e morta, de modo que não nos tornamos nada mais do que imitadores banais.

Assim, para reforçar a importância da leitura na formação social do indivíduo, segundo a publicação feita por Avancini (2016) na edição 230 da Revista Educação, a formação do leitor está diretamente ligada à exposição a textos e à leitura, e tanto a família como a escola tem participação direta nesse processo. De acordo com o estudo do Instituto Itaú Social, a capacidade de leitura de uma criança de 7 anos tem consequências diretas sobre o desempenho cognitivo ao longo da vida e o nível socioeconômico na idade adulta. E que a exposição a livros na fase pré-oral e na etapa da educação infantil produzem

consequências diretas com as habilidades de linguagem e ortografia até pelo menos a juventude, correspondendo 34% da variância das habilidades de linguagem e ortografia no ensino superior.

Entretanto, os números do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) - 2015 revelaram, pela segunda edição consecutiva, o Brasil estagnado em leitura, ao manter os mesmos 407 pontos da edição de 2012. Em números, 51% dos alunos não chegaram ao nível 2, em uma escala que vai até 6. A maioria dos alunos brasileiros segundo a pesquisa, não é capaz, por exemplo, de interpretar e reconhecer situações em contextos que exigem mais do que uma inferência direta (CANCIAN; SALDAÑA, 2016).

Com base nesses dados e considerando todas as edições anteriores do PISA, um relatório inédito emitido pelo Banco Mundial estima que o Brasil vá demorar 260 anos para atingir o nível educacional de países desenvolvidos em Leitura e 75 anos em Matemática (CAFARDO, 2018).

Mas vale ressaltar que, de acordo com a 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil publicada em março de 2016, 44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro, cabendo destacar em função do tema deste trabalho que para 67% da população, não houve uma pessoa que incentivasse a leitura em sua trajetória, mas dos 33% que tiveram alguma influência, a mãe, ou representante do sexo feminino, foi a principal responsável (11%), seguida pelo professor (7%), justificando a importância do uso da diversidade de gêneros textuais na escola desde a infância para a formação de uma sociedade leitora (RODRIGUES, 2016).

Desta forma, diante de todo um contexto educacional, a versão final da BNCC surge com uma intenção urgente de mudanças e de avanços da educação brasileira com a proposta de aproximar o ensino das escolas públicas e privadas de ensino infantil e fundamental, e tornar mais igualitária a educação básica brasileira, pautada em objetivos Interfederativos que visam à igualdade, diversidade e equidade.

Neste sentido, o documento estabelece a inserção das crianças no mundo letrado desde a Educação Infantil, e define que o 2º ano passa a ser o prazo para que as crianças se apropriem do sistema de escrita. Ademais, reforça, em Língua Portuguesa, a diversidade de gêneros textuais prevista de forma progressiva, a fim de garantir uma distribuição adequada em termos de diversidade e das competências necessárias para o desenvolvimento e aquisição de novos conhecimentos de maior amplitude e complexidade, a compreensão da função social da escrita e o reconhecimento da leitura como fonte de prazer e informação.

Assim, o capítulo que compreende o desenvolvimento deste trabalho tem a função de apresentar de forma mais aprofundada as articulações dos diversos gêneros textuais no decorrer das etapas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental – anos finais para a formação de leitores.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo fundamental deste artigo é mostrar a importância do uso da diversidade de gêneros textuais na formação de leitores desde a Educação

Infantil até o Ensino Fundamental – anos finais, bem como suas articulações de percurso em sala de aula entre os campos de atuação, objetos de conhecimento e habilidades.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo possui como base um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, denominado Base Nacional Comum Curricular, cuja exploração de seu conteúdo visa mostrar a importância do uso da diversidade de gêneros textuais na formação de leitores da Educação Infantil até o Ensino Fundamental – anos finais por meio de uma proposta de pesquisa descritiva e explicativa sobre a articulação da diversidade de gêneros textuais que a BNCC propõe no decorrer dessas etapas. E consiste numa abordagem qualitativa documental, que possui a função de interpretar e compreender fenômenos sem requerer de estatísticas, mas por meio de fontes documentais, a fim de apresentar de forma coerente uma estrutura teórica consistente, capaz de receber a aprovação da comunidade científica (MASCARENHAS, 2012).

### **4 DESENVOLVIMENTO**

O desenvolvimento deste trabalho tem como referência base a versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a ser utilizado no decorrer de todo este capítulo (BRASIL, 2017).

Desde a Constituição Federal de 1988, o documento já previa em seu artigo 210 a ideia de uma grade de conteúdos fixos a serem estudados por todos. Porém, só ganhou impulso 26 anos depois, em 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação. Neste ano é que se iniciou a elaboração de um documento que atendesse ao artigo, a Base Nacional Comum Curricular, que teve sua versão final aprovada em dezembro de 2017, a princípio, apenas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Partindo disso, o Brasil passa a ter, pela primeira vez, uma base que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos de escolas públicas e privadas devem ter direito na Educação Básica, pautado por princípios que visam à formação integral do ser humano. Além disso, o documento, de caráter normativo e obrigatório, visa orientar a elaboração dos currículos específicos pelos Estados e Municípios, a serem complementados por uma parte diversificada, não consistindo em um currículo, mas, sim, em um documento norteador e que deve, em 2019, vigorar em todo o sistema educacional brasileiro.

Ademais, ao longo da Educação Básica, a BNCC visa desenvolver nos estudantes dez competências consideradas fundamentais para o século XXI, por meio da mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, das quais serviram de referência para estruturação de toda a base.

A partir disso, ao considerar o uso da diversidade de gêneros textuais para a formação de leitores, é possível identificar no documento a ênfase que a BNCC dispensa aos gêneros textuais, quando se observa o modo como ela reforça e articula os conhecimentos em todos os percursos da Educação Básica.

Neste sentido, o documento estabelece a inserção das crianças no mundo letrado desde a Educação Infantil. Nesta etapa, visto que as crianças se socializam, constroem e se apropriam de conhecimentos por meio de suas ações e interações, o documento propõe seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento com o intuito de que as crianças aprendam, vivenciem desafios e se sintam provocadas a resolvê-los, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, não de forma espontânea, mas com intencionalidade educativa às práticas pedagógicas.

Além disso, levando em consideração a proposta, a organização curricular da Educação Infantil consolida cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; e Escuta, fala, pensamento e imaginação, sendo este último a ser destacado a seguir.

Nesta etapa da educação, o campo de experiência da escuta, fala, pensamento e imaginação, considera que desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas, e que por essa razão, deve promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral e se constituindo ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Ademais, a criança também manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos e de observá-los pelos meios que circulam, passa a construir sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Entretanto, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e de suas curiosidades.

As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, devem contribuir para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além do mais, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros.

Assim, ao levar em conta o desenvolvimento do gosto pela leitura e ao reconhecer as especificidades dos três grupos por faixa etária que constituem a etapa da Educação Infantil, sem julgá-los de forma rígida em razão das diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento, é possível identificar o uso de diversos gêneros textuais que estimule esse prazer desde o zero a 5 anos e 11 meses.

No primeiro grupo, formado por bebês de zero a 1 ano e 6 meses, a BNCC orienta sobre a participação deles em situações de escuta de textos de diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.), e a conhecerem e manipularem materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.). Com as crianças bem pequenas, de 1 ano e 7 meses à 3 anos e 11 meses, a orientação é que elas devem manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura,

tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.) e manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais. Já com as crianças pequenas, de 4 anos à 5 anos e 11 meses, o documento define que nessa faixa etária elas devem selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.) e levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.

Deste modo, a criança, no momento de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, deve apresentar a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiência, compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a serem ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental como meio de integração e continuidade dos processos de aprendizagens.

Portanto, no campo escuta, fala, pensamento e imaginação, conforme destacado anteriormente, as crianças deverão - em especial aos gêneros textuais: conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita, reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.

Ao ingressar no Ensino Fundamental, que possui nove anos de duração, a BNCC alerta que nessa fase as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações, no qual demandam do ambiente escolar um trabalho sistematizado em torno desse desenvolvimento. Além do mais, nesta etapa da educação, o documento orienta que nos dois primeiros anos a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, com o objetivo de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

A evolução ao longo do Ensino Fundamental ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem. Nesse progresso, ao reforçar o uso da diversidade de gêneros iniciado na Educação Infantil como meio para a formação de leitores, nota-se que na área de Linguagens, composta pelos componentes curriculares, inicialmente: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, nos anos finais, Língua Inglesa, o documento ressalta as práticas sociais como atividades humanas mediadas por diferentes linguagens: verbal, corporal, visual, sonora e digital. E que por meio dessas práticas, é que as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais.

Neste sentido, em Língua Portuguesa, os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas de atividades humanas e do pleno exercício da cidadania.

Assim, cabe a esse componente oportunizar aos estudantes a ampliação dos letramentos e a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens, cujos

eixos de integração para o aprendizado são: oralidade, produção, análise linguística/semiótica e leitura/escuta, sendo este último a ser destacado abaixo.

O eixo leitura, conforme já consagrado em outros documentos curriculares da Área, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação. Já de acordo com o contexto da BNCC, seu sentido se torna mais amplo por considerar, além dos textos escritos, as imagens estáticas, em movimento (filmes, vídeos etc.) ou ao som (música). Ademais, as habilidades em leitura são desenvolvidas de forma contextualizada por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana, devendo aumentar progressivamente a complexidade cognitiva das atividades ao longo de todos os itinerários da Educação Básica.

A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura.

Durante a leitura, as habilidades operam de forma articulada. Dado o desenvolvimento de uma autonomia de leitura em termos de fluência e progressão. O interesse por um tema pode ser tão grande que mobiliza para leituras mais desafiadoras, que, por mais que possam não contar com uma compreensão mais fina do texto, podem, em função de relações estabelecidas com conhecimentos ou leituras anteriores, possibilitar entendimentos parciais que respondam aos interesses/objetivos em pauta.

Outra categoria organizadora do currículo que se articula com as práticas são os campos de atuação em que essas práticas se realizam, sendo: Campo da vida cotidiana (somente anos iniciais), Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico/midiático e Campo de atuação na vida pública, sendo que esses dois últimos aparecem fundidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a denominação Campo da vida pública.

Nesta perspectiva, os campos de atuação orientam a seleção de gêneros, práticas, atividades e procedimentos em cada um deles, e também possui a função didática de possibilitar a compreensão de que os textos circulam dinamicamente na prática escolar e na vida social, contribuindo para a necessária organização dos saberes sobre a língua e as outras linguagens, nos tempos e espaços escolares.

Isto posto, ao analisar o uso da diversidade de gêneros em Língua Portuguesa, Ensino Fundamental – anos iniciais, percebe-se que a sua articulação já no início do processo de alfabetização demanda o uso de diversos gêneros textuais que se ampliam, progressivamente, à medida que as crianças avançam de ano.

Do 1º ao 2º ano, por exemplo, que têm como foco a alfabetização, no eixo leitura/escuta sob a ótica do uso da diversidade de gêneros textuais para a formação de leitores, a BNCC prevê que desde o campo da vida cotidiana, da vida pública, das práticas de estudo e pesquisa e artístico literário, os alunos devem considerar a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto de acordo com o gênero textual proposto.

No decorrer desses anos, o documento estabelece que os alunos devem saber buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura

compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses; incluindo também, com alguma autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem (digitais ou impressos), quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, cantigas, letras de canção, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana; fotolegendas - manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, dentre outros gêneros do campo jornalístico; slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário; cartazes, avisos, folhetos, regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã. E ainda, com a ajuda do professor e colaboração dos colegas, deve ler e compreender enunciados de tarefas escolares, diagramas, curiosidades, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, entre outros gêneros do campo investigativo. E já com mais autonomia, ler e compreender textos literários, de gêneros variados, desenvolvendo o gosto pela leitura.

Além de ler e compreender diversos gêneros, os alunos devem também reconhecer a função de textos utilizados para apresentar informações coletadas em atividades de pesquisa (enquetes, pequenas entrevistas, registros de experimentações); explorar, com a mediação do professor, textos informativos de diferentes ambientes digitais de pesquisa, conhecendo suas possibilidades; e apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, sonoridades, jogos de palavras, reconhecendo seu pertencimento ao mundo imaginário e sua dimensão de encantamento, jogo e fruição.

Com relação do 3º ao 5º ano, também com foco no eixo leitura/escuta sob a ótica da diversidade de gêneros textuais, a BNCC também prevê, assim como do 1º ao 2º ano, que desde o campo da vida cotidiana, da vida pública, das práticas de estudo e pesquisa e artístico literário, os alunos devem considerar a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto de acordo com o gênero textual proposto.

Desta maneira, devem saber até o final do Ensino Fundamental I, selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura.

Devem também, ler e compreender com autonomia, textos injuntivos instrucionais (receitas, instruções de montagem etc.), com a estrutura própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e mesclando palavras, imagens e recursos gráfico-visuais; boletos, faturas e carnês; textos instrucionais de regras de jogo, cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, cartas pessoais de reclamação, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana; cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas de leitor e de reclamação a jornais, revistas) e notícias, dentre outros gêneros do campo jornalístico, além de assistir e compreender notícias, reportagens, vídeos em *vlogs* argumentativos, dentre outros gêneros do campo político-cidadão; relatos de observações e de pesquisas em fontes de informações, textos expositivos de divulgação e verbetes de dicionários, dentre outros gêneros do campo das práticas de estudo e pesquisa; textos literários de diferentes gêneros e extensões, inclusive aqueles

sem ilustrações, estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores, dentre outros gêneros do campo artístico-literário.

Ademais, devem identificar em notícias, fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado; reconhecer a função de gráficos, diagramas, tabelas em textos, como forma de apresentação de dados e informações; comparar informações apresentadas em gráficos ou tabelas; buscar e selecionar, com o apoio do professor, informações de interesse sobre fenômenos sociais e naturais, em textos que circulam em meios impressos ou digitais, e apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, aliterações e diferentes modos de divisão dos versos, estrofes e refrões e seu efeito de sentido.

Já nos anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano, essa mudança em relação aos anos iniciais favorece não só o aprofundamento de conhecimentos relativos às áreas, como também o surgimento do desafio de aproximar esses múltiplos conhecimentos. A continuidade da formação para a autonomia se fortalece nessa etapa, na qual os jovens assumem maior protagonismo em práticas de linguagem realizadas dentro e fora da escola.

No componente Língua Portuguesa, amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação, em especial, dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública, e as várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências.

De modo geral, a BNCC privilegia inicialmente os gêneros jornalísticos – informativos e opinativos – e os publicitários com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão. Para além dos gêneros, são consideradas práticas contemporâneas de curtir, comentar, redistribuir, publicar notícias, curar etc. e tematizadas questões polêmicas envolvendo as dinâmicas das redes sociais e os interesses que movem a esfera jornalística-midiática. A questão da confiabilidade da informação, da proliferação de *fake news*, da manipulação de fatos e opiniões tem destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de sites e serviços checadores de notícias e com o exercício da curadoria, estando previsto o uso de ferramentas digitais de curadoria. A proliferação do discurso de ódio também é tematizada em todos os anos e habilidades relativas ao trato e respeito com o diferente e com a participação ética e respeitosa em discussões e debates de ideias são consideradas. São contempladas também habilidades para o trato com o hipertexto e com ferramentas de edição de textos, áudio e vídeo e produções que podem prever postagem de novos conteúdos locais que possam ser significativos para a escola ou comunidade ou apreciações e réplicas a publicações feitas por outros. Trata-se de promover uma formação que faça frente a fenômenos como o da pós-verdade, o efeito bolha e proliferação de discursos de ódio, que possa promover uma sensibilidade para com os fatos que afetam drasticamente a vida de pessoas e prever um trato ético com o debate de ideias.

Como destacado, os gêneros publicitários também possuem destaque por prever o tratamento de diferentes peças publicitárias, envolvidas em campanhas, para além do anúncio publicitário e a propaganda impressa, o que supõe habilidades para lidar com a multissemiótica dos textos e com as várias mídias.

No campo de atuação da vida pública ganham destaque os gêneros legais e normativos abrindo-se espaço para aqueles que regulam a convivência em sociedade, como regimentos (da escola, da sala de aula) e estatutos e códigos (Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito etc.) até os de ordem mais geral, como a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos.

Já no campo das práticas investigativas, há uma ênfase nos gêneros didático-expositivos, impressos ou digitais, do 6º ao 9º ano, sendo a progressão dos conhecimentos marcada pela indicação do que se operacionaliza na leitura, escrita, oralidade. Nesse processo, procedimentos e gêneros de apoio à compreensão são propostos em todos os anos.

E no âmbito do campo artístico-literário, trata-se de possibilitar o contato com as manifestações artísticas em geral. Para que a função utilitária da literatura – e da arte em geral – possa dar lugar à sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora, que promova a formação de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura. Para tanto, as habilidades, no que tange à formação literária, envolvem conhecimentos de gêneros narrativos e poéticos que podem ser desenvolvidos em função dessa apreciação.

Contudo, apesar do documento prever a diversidade de gêneros textuais de forma progressiva de acordo com o ano, visando assim, a garantir uma distribuição adequada em termos de diversidades, não impede que o percurso indicado seja invertido nas diversas etapas da Educação Básica, desde que ao final da etapa o gênero textual indicado tenha sido contemplado e os direitos de aprendizagem garantidos para o desenvolvimento e aquisição de novos conhecimentos de maior amplitude e complexidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no exposto, é possível considerar que a BNCC, ao articular diversos gêneros textuais no decorrer das etapas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental – anos finais, contribuirá já no início da Educação Básica, por meio da manipulação e do contato com diversos textos, o desenvolvimento do gosto pela leitura e a inserção ao mundo letrado, oferecerá conhecimento de diversos gêneros e portadores textuais, proporcionando aos estudantes a compreensão da função social da escrita e o reconhecimento da leitura como fonte de prazer e informação.

Por meio dessa articulação, é possível observar que o uso da diversidade de gêneros textuais mediada por diferentes práticas de linguagem, em especial, a leitura/escuta, oportunizará aos estudantes a participação significativa e crítica em diversas atividades humanas, à medida que se apropriará do mundo letrado e ampliará seu conhecimento de mundo.

Neste sentido, compreende-se de acordo com a BNCC, que o uso dos diversos gêneros textuais na Educação Infantil terá, a princípio, a intenção de despertar o interesse das crianças pela leitura e introduzi-las ao mundo letrado, mesmo que não compreendam ainda o código escrito. Já no Ensino Fundamental

I, observa-se que os gêneros textuais surgirão como uma forma de suporte ao processo de alfabetização, seguida das diversas práticas de linguagem, mas que também terá nesta etapa a função primordial de formar leitores partindo de práticas contextualizadas com os diversos campos de atuação que, no decorrer do percurso conduzirá o aluno de forma intencional ao uso das diversidades textuais de forma autônoma, a fim de que reconheça as suas funções sociais nos meios em que circulam. Quanto ao Ensino Fundamental II, o uso dos gêneros textuais surgirá como uma forma de fortalecer a autonomia do aluno e estimulá-lo a assumir maior protagonismo em todas as suas práticas de linguagem, devendo em sua prática leitora desenvolver a fruição, não uma manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.

Desta forma, a implantação da BNCC, ao oportunizar que o indivíduo se constitua como sujeito por meio de práticas sociais mediadas por linguagens diversificadas, tornará o percurso seguro para o aluno pela concretização da formação do cidadão, conforme previa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 1996, crítico e reflexivo, capaz de "ler o mundo" de forma autônoma e se reconhecer como um sujeito pleno e consciente de seus direitos e deveres.

Sob essa perspectiva, compreende-se que o percurso que a BNCC promoverá nas etapas da Educação Básica no decorrer da sua ampliação e complexidade dos gêneros textuais que irão das fábulas ao artigo de opinião, favorecerá no percorrer do processo formativo, condições necessárias para a formação de leitores que conscientes do seu tempo e espaço possam se apropriar da sua própria história e se constituam como formadores de opiniões providos de competências argumentativas e persuasivas de forma crítica, reflexiva e também autônoma, a fim de promover transformações sociais que oportunize uma sociedade leitora, justa e igualitária.

Por fim, será um aliado importante para o professor, pois em sua prática cotidiana, terá um material de referência para o trabalho que percorre em todo ciclo básico, pelos diferentes gêneros textuais, de forma exemplificada, já com referencial de habilidades e competências destacadas.

## REFERÊNCIAS

AVANCINI, M. Símbolo difícil de emplacar. **Revista Educação**. São Paulo: Segmento, 230 ed. / ano 20 (ISSN 1415-5486), 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Homologação. Terceira e última versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1997.

BRITO, D. S. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**, Praia Grande, n. VIII, p. 2 – 35, 2010.

CAFARDO, R. País só deve dominar Leitura em 260 anos. **Estadão**, São Paulo, 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-so-deve-dominar-leitura-em-260-anos,70002206631>>. Acesso em 27 jun. 2018.

CANCIAN, N; SALDAÑA, P. Estagnado, Brasil fica entre os piores do mundo em avaliação de educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 dez. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1838761-estagnado-brasil-fica-entre-os-piores-do-mundo-em-avaliacao-de-educacao.shtml>>. Acesso em 28 maio. 2018.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. 3 ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

RODRIGUES, M. F. 44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro, aponta pesquisa Retratos da Leitura. **Estadão**, São Paulo, 18 maio. 2016. Disponível em: < <https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>>. Acesso em 27 jun. 2018.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2016.